



GT 08 – Direito à Moradia, ATHIS e Regularização Fundiária em Disputa

## **CARTOGRAFIAS DA PERMANÊNCIA: O MAPEAMENTO COLETIVO COMO FERRAMENTA PARA A COMPREENSÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS. O CASO DA COMUNIDADE DA QUINTA LEBRÃO EM TERESÓPOLIS/RJ**

Letícia Thurman Prudente <sup>1</sup>  
Caio Márcio Gutterres Taranto <sup>2</sup>  
Priscila Marques Mendes <sup>3</sup>  
Leslie Loreto Mora Gonzalez <sup>4</sup>  
Vitor Guilherme Oliveira de Magalhães <sup>5</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho apresentado integra as atividades do projeto de pesquisa de iniciação científica interdisciplinar, desenvolvido entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Direito do Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO, cujo foco está na produção de cartografias críticas e colaborativas sobre os territórios populares de Teresópolis/RJ, em particular, nas áreas inseridas em conflitos fundiários de interesse popular e/ou público. Por meio da articulação entre moradores, estudantes e docentes de ambas as áreas do conhecimento, propõe-se uma reflexão sobre os caminhos que a produção acadêmica pode trilhar na contribuição técnica e social aos projetos de reurbanização (REURB), bem como na defesa do direito à moradia e à justiça socioespacial.

### **2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

O recorte empírico da pesquisa concentra-se na comunidade urbana conhecida como Bairro do Castelinho, situada em uma área consolidada da cidade de Teresópolis, sobre terreno de propriedade federal, pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A área em questão é uma parte da gleba total que é considerada um dos maiores conflitos

---

1 Doutora em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR - UFRGS), docente em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), e-mail: [lelearq@hotmail.com](mailto:lelearq@hotmail.com)

2 Doutor em Direito, docente em Direito no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), e-mail: [caiotaranto@unifeso.edu.br](mailto:caiotaranto@unifeso.edu.br)

3 Doutoranda em Urbanismo (PROURB - UFRJ), docente em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), e-mail: [priscilamendes@fau.ufrj.br](mailto:priscilamendes@fau.ufrj.br)

4 Doutoranda em Urbanismo (PROURB - UFRJ), e-mail: [leslie.gonzalez@fau.ufrj.br](mailto:leslie.gonzalez@fau.ufrj.br)

5 Graduando, Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), e-mail: [vitor.olmag@gmail.com](mailto:vitor.olmag@gmail.com)



funditários envolvendo o Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), o INSS e os milhares de moradores que ocupam a região. Constata-se que muitas famílias, residentes há várias décadas no local, acumulam um histórico de lutas pela legitimidade territorial, impulsionadas pela busca por regularização fundiária e acesso a condições adequadas de infraestrutura urbana e moradia.

Além dos conflitos funditários, a comunidade guarda histórias diversas sobre seu processo de ocupação, entre as quais se destaca sua relação com os antigos núcleos quilombolas da região — em especial, o Quilombo da Serra, lugar de resistência da população negra da Região Serrana do Rio de Janeiro. A partir desta conexão, abre-se a possibilidade de aprofundar a pesquisa no sentido do reconhecimento formal do território como área remanescente de quilombo e/ou quilombo urbano, com implicações jurídicas e sociopolíticas significativas.

Por onde começar? A noção de limite aparece, então, como fio condutor frente às dificuldades que surgem no processo de aproximação e investigação dos assentamentos populares de Teresópolis. Por essa abordagem, formulam-se três questões relevantes a serem debatidas ao longo da pesquisa. A primeira tem relação com os próprios limites interdisciplinares e quais são as particularidades dos instrumentos de leitura do espaço urbano utilizados pelos diferentes campos do conhecimento: Direito, e Arquitetura e Urbanismo. A segunda se refere às fronteiras existentes entre os saberes acadêmico-científicos e os conhecimentos populares, enraizados no cotidiano e na experiência vivida diretamente no território. Por fim, a terceira se resume às possibilidades práticas de representação dos conflitos existentes nas caracterizações que seguem a lógica do ‘formal’ e do ‘informal’ para demarcar os espaços urbanos periféricos.

Diante dessas questões, adotamos um instrumento comum: o mapeamento coletivo, entendido como método investigativo, capaz de articular múltiplas camadas de análises, tais como as percepções dos agentes locais e as formas de reconhecimento dos espaços nos territórios investigados. Neste processo, sobrepõem-se informações provenientes tanto das pesquisas de campo realizadas com os agentes locais quanto de fontes institucionais, como dados oficiais, registros de conflitos judiciais e processos de ordenamento urbanístico.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a realização de oficinas de mapeamento com moradores da comunidade, orientadas pela coleta de registros históricos e afetivos dos moradores em seu território. Busca-se, assim, reunir dados relevantes sobre o processo de ocupação do espaço da comunidade, a fim de subsidiar tecnicamente futuros processos de regularização fundiária, planejamento e gestão territorial.



### **3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que a produção de cartografias críticas e coletivas possa fomentar novas formas de interpretação dos territórios populares, tornando-se instrumento de luta pelo direito à moradia, à cidade e à justiça socioespacial. Desse modo, os projetos de regularização fundiária e os processos judiciais que, muitas vezes, envolvem as localidades ocupadas informalmente, a terem um olhar mais humano, social, cultural e político de quem de fato ocupa, ressignifica e luta pelos seus direitos à terra urbanizada.

### **AGRADECIMENTOS**

Faz-se imprescindível reconhecer a importância das diversas instâncias do poder público que, juntas, viabilizaram a produção e análise dos dados, dentre as quais destacam-se a Vara Federal Única de Teresópolis do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Teresópolis, bem como, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) em viabilizar as ações sociais nas comunidades.

### **REFERÊNCIAS**

RISLER, J.; ARES, P. "Algumas considerações acerca da prática do Mapeamento Coletivo". **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro: LABTeC/UFRJ, N. 41, 2014, p. 185-191.